

RIO DE JANEIRO

PF aponta elo de bicho, cigarro ilegal e política

5ª fase da Operação Unha e Carne põe atrás das grades pastor e empresário Márcio Poncio e se aproxima do filho de Sergio Cabral e do ex-governador Cláudio Castro

» ALÍCIA BERNARDES
» FÁBIO GRECCHI

O pastor e empresário Márcio Poncio foi preso, ontem, pela Polícia Federal (PF) na quinta fase da Operação Unha e Carne, que investiga um esquema de lavagem de dinheiro ligado à nova cúpula do jogo do bicho, conexões com a chamada máfia do cigarro e o vazamento de informações sigilosas para integrantes do Comando Vermelho (CV) por membros da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). O chefe religioso é pai da deputada estadual Sarah Poncio (Solidariedade), que é conhecida nas redes sociais por levar uma vida cercada de luxo e ostentação.

Os agentes ainda cumpriram mandados contra o contraventor Adilson Oliveira Coutinho Filho, o Adilzinho, e o ex-deputado estadual Rodrigo Bacellar — ambos já presos por desdobramentos anteriores da investigação. Entre os alvos da operação também está o ex-deputado federal Marco Antonio Cabral, filho do ex-governador fluminense Sérgio Cabral — preso por quase seis anos na Operação Calicute, braço carioca da Lava-Jato, por causa de cobrança de propina e lavagem de dinheiro em obras no Estado do Rio.

Marco Antonio foi assessor da presidência da Alerj, quando Rodrigo Bacellar era o presidente da Casa. Atualmente, é pré-candidato a deputado estadual pelo Solidariedade.

Ao todo, foram cumpridos mandados de busca e apreensão no Rio de Janeiro e em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, além da determinação de bloqueio de bens e valores de até R\$ 22 milhões. A operação foi autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em uma das anotações de Adilzinho consta o nome de Cláudio Castro, que também está envolvido nas investigações sobre o Banco Master. Ele teria autorizado a aplicação de quase R\$ 3,7 bilhões pelo Rioprevidência no banco de Daniel Vorcaro, instituição que cuida da aposentadoria e pensões dos servidores do Estado do Rio. Além disso, o ex-governador aparece como participante de um evento de degustação de charutos e uísques, além de um jantar no restaurante do chef turco Salt Bae, em Nova York, nos quais o ex-banqueiro teria gasto algo em torno de R\$ 12 milhões no total.

Reprodução/Instagram



Marcio Poncio teria colocado suas empresas a serviço da lavagem do dinheiro ilegal de Adilzinho

Nas anotações de Adilzinho, o banqueiro de bicho menciona uma suposta doação de R\$ 3,2 milhões para a campanha de Castro, em 2022. Apesar da referência ao ex-governador, ele não é alvo das medidas cautelares cumpridas, e a PF ainda analisa o conteúdo dos documentos antes de definir eventuais desdobramentos. O ex-governador esteve à frente do Palácio Guanabara entre 2021 e 2026 e deixou o cargo após renunciar um dia antes do julgamento, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de uma ação que poderia resultar na cassação de seu mandato e em sua inelegibilidade. Procurada pelo **Correio**, a assessoria de Castro não se manifestou até o fechamento desta edição. Já a defesa de Adilzinho nega que o investigado tenha realizado pagamentos indevidos a agentes políticos.

Estilo de vida

Poncio, por sua vez, foi preso poucas horas depois de publicar, nas redes sociais, uma mensagem sobre legado, perseverança e transformação de vidas. Em vídeo divulgado na noite de quarta-feira, o empresário lembrou sua trajetória profissional, iniciada em uma fábrica de tabaco, destacou sua

família e afirmou que o verdadeiro sucesso está na capacidade de transformar a vida de outras pessoas. Ele é dono de mais de 20 empresas nas áreas de construção, mercado imobiliário, aviação, alimentação e marketing.

Oriundo de Duque de Caxias, Poncio é conhecido nas redes sociais também pelo estilo de vida extravagante. Ele reúne mais de 500 mil seguidores e costuma compartilhar conteúdos sobre sua rotina, atividades religiosas e posicionamentos públicos. A família ganhou notoriedade nacional em razão das polêmicas envolvendo o cantor Saulo Poncio e a filha Sarah.

Ele é casado com Simone Poncio, que está grávida aos 50 anos. Atuou como chefe religioso na Igreja Pentecostal Anabatista e, posteriormente, vinculou-se à chamada Igreja da Nuvem. Em 2022, Poncio tentou uma vaga na Câmara dos Deputados pelo Rio de Janeiro. Obteve cerca de 33 mil votos e terminou como segundo suplente. Em julho de 2025, tentou o Executivo ao lançar candidatura em uma eleição suplementar para a Prefeitura de Três Rios, no Centro-Sul Fluminense, mas foi derrotado nas urnas por Jonas Dico (Podemos).

De acordo com a PF, a atual fase da Unha e Carne também

busca esclarecer a atuação da organização criminosa apontada como responsável pelo controle da comercialização de cigarros falsificados em grande parte dos municípios fluminenses. As investigações indicam que esse braço do grupo é chefiado por Poncio e teria estruturado um complexo sistema de lavagem de dinheiro, utilizando empresas, operadores financeiros e pessoas ligadas à contravenção para movimentar recursos ilícitos e, supostamente, manter relações com agentes públicos. A PF pretende agora rastrear o fluxo financeiro, identificar beneficiários e verificar a participação de eventuais intermediários no esquema.

A participação de Adilzinho no esquema é porque ele colocaria a capilaridade dos negócios ilícitos para os cigarros da fábrica de Poncio, além de ter uma parceria com o pastor empresário para a lavagem de dinheiro do crime. Bacellar e Marco Antonio seriam parte do braço político do esquema e ajudariam na proteção dos negócios ilícitos por meio de contatos nos legislativos estadual e municipais, além das prefeituras. A compensação por esse serviço seriam recursos para campanhas eleitorais, a fim de que o grupo se mantivesse no poder.

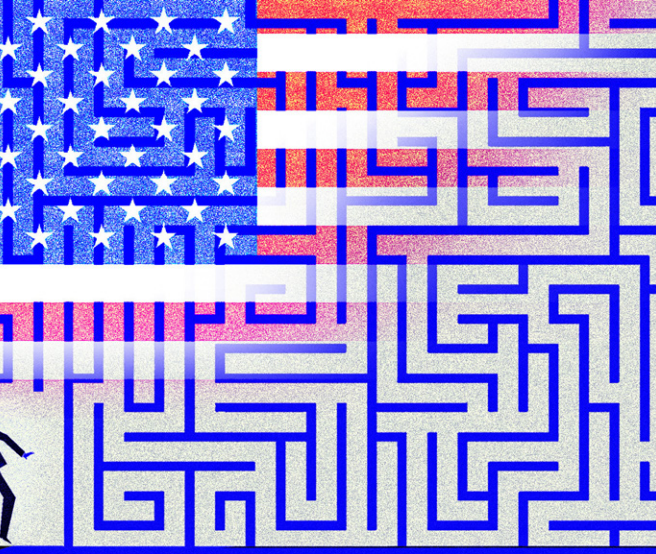
NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson



Carta de Flávio a Trump é um tiro no pé que favorece Lula

A carta enviada por Flávio Bolsonaro a Donald Trump, pedindo o adiamento por 180 dias do tarifaço contra produtos brasileiros, eleitoralmente é um tiro no próprio pé para o pré-candidato do PL, além de muito tóxica para as negociações diplomáticas do Brasil com a Casa Branca. O senador atropelou a linha de negociação conduzida pelo Itamaraty e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), deslocou o contencioso do terreno técnico para o palanque eleitoral e mostrou falta de coesão política na defesa dos interesses brasileiros que estão em jogo.

O candidato de oposição entregou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de bandeja, a bandeira da soberania na campanha eleitoral. Repetiu o mesmo equívoco de seu irmão Eduardo, que vive nos Estados Unidos e comemorou o tarifaço como se fosse uma grande vitória da oposição. Deu errado. Lula estancou a queda e voltou a subir nas pesquisas eleitorais. Em vez de enfraquecer o governo, a carta de Flávio reforça a narrativa oficial de que a família Bolsonaro atua para internacionalizar a crise política brasileira e instrumentalizar interesses externos contra o próprio país.

Mas a crise tarifária com os EUA tem bases mais objetivas do que eleitorais. Nasce de um contencioso comercial complexo, decorrente da disputa comercial com a China e da reestruturação das cadeias globais de valor. Os Estados Unidos concluíram, em junho, a investigação aberta com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, mecanismo que permite a Washington retaliar parceiros quando considera que eles adotam práticas comerciais “desleais” ou “desarrazoadas”.

No caso brasileiro, o USTR é um balaio que reúne comércio digital e o funcionamento do Pix; decisões judiciais envolvendo plataformas digitais; tarifas preferenciais no âmbito do Mercosul e de acordos com Índia e México; acesso ao mercado de etanol; propriedade intelectual; combate à corrupção; e desmatamento ilegal. O governo brasileiro reagiu com prudência. Um documento de 29 páginas, assinado pelo chanceler Mauro Vieira, tecnicamente, rebate ponto a ponto as acusações norte-americanas e sustenta que boa parte da agenda levantada por Washington não diz respeito a comércio, mas a opções regulatórias, institucionais e soberanas do Estado brasileiro.

Na verdade, a negociação conduzida pelo Itamaraty não se limita a uma briga tarifária, questiona o alcance da Seção 301 e o direito de os Estados Unidos transformarem divergências em matéria de política interna brasileira, como a regulação de plataformas, a estrutura do Pix, decisões do STF e o combate ao desmatamento, em razões para sanções econômicas. O Brasil, nas conversas com a Casa Branca, tenta isolar os litígios comerciais das disputas políticas e ideológicas. Ou seja, defende uma política de Estado. Sua atuação é institucional e preserva canais de diálogo, ao discutir cada item da pauta em bases técnicas e evitar a contaminação pela polarização eleitoral.

Implosão diplomática

Nesse sentido, a carta de Flávio implode o esforço diplomático brasileiro. O senador pede que as tarifas não sejam aplicadas agora, mas só depois das eleições presidenciais. Ou seja: em vez de afirmar que as tarifas são injustas, indevidas ou lesivas ao interesse bilateral, ele argumenta que a sua adoção imediata poderia beneficiar Lula politicamente. A essência do apelo é eleitoral, não comercial. “As tarifas propostas entregariam ao atual governo brasileiro precisamente a vitória política que ele vem arquitetando”, escreveu para sustentar que a medida “recompensaria o atual governo brasileiro”.

Ao pedir apenas o adiamento da punição, e não sua revogação, Flávio legitima a sanção em norte-americana. Esse é o “xis” do problema. Passa a mensagem de que o tarifaço pode ser aceitável — desde que aplicado num momento politicamente conveniente à oposição. Ou seja, tira o tapete da diplomacia brasileira, quando o Itamaraty tenta convencer Washington de que a escalada tarifária é inadequada, desproporcional e fundada em premissas equivocadas.

Flávio sinalizou aos norte-americanos que o problema não é o mérito da retaliação, mas o seu timing eleitoral. A carta, assim, enfraquece a tese brasileira de que a medida é injustificável e reforça a percepção de que o litígio comercial virou peça de uma disputa interna pelo poder. De certa forma, Lula percebeu a oportunidade e subiu o tom contra seu adversário.

“Pedir que o tarifaço contra o nosso país seja adiado para depois das eleições é mais uma atitude de traidores da Pátria. Nunca houve e não há qualquer justificativa para tarifaço, agora ou depois”, escreveu.

Classificou a carta como “inaceitável” e criticou o “entreguismo” da família Bolsonaro, ao afirmar que o clã quer submeter o Brasil a interesses norte-americanos. Ao conectar a carta ao Pix e ao Mercosul, Lula transformou o episódio numa peça de campanha sobre soberania, desenvolvimento e defesa do interesse nacional. O presidente vinha “jogando parado”: valoriza a liturgia do cargo, administra a máquina pública e evita antecipar o embate central de 2026.

A carta de Flávio ofereceu um atalho para Lula ocupar o terreno do nacionalismo econômico sem abdicar do cosmopolitismo e do multilateralismo. Pode ser que um objetivo subjacente do filho 01 de Jair Bolsonaro tenha sido mudar a agenda de sua campanha da crise com Michele Bolsonaro para a política externa. Porém, na prática, deu ao presidente a possibilidade de falar como defensor da pátria.

Quem é quem

Reprodução/Redes Sociais



Adilson Oliveira Coutinho Filho (“Adilzinho”) — Apontado como um banqueiro influente e chefe da nova cúpula do jogo do bicho fluminense. É considerado pelos investigadores e adversários como um homem brutal e que se firmou à frente dos negócios por meio da violência. Sua base de atuação é a Baixada Fluminense, berço de sua família e onde estão localizadas as fábricas clandestinas do esquema de cigarros falsificados. Mas conquistou pontos em bairros das zonas Sul, Norte e Central do Rio de Janeiro, além da Região dos Lagos — tanto que sua captura ocorreu na casa que tem em Cabo Frio. As investigações da Polícia Federal apontam

Thiago Lontra/Alerj



que seus negócios se estenderam por outros oito estados.

Rodrigo Bacellar — Advogado e ex-deputado estadual, ganhou projeção ao presidir a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Foi alvo de mandado de prisão preventiva e teve sua transferência determinada para um presídio federal. A investigação mira o recebimento de recursos ilícitos e o uso de influência política para favorecer o crime organizado. Foi preso por ter ajudado o também ex-deputado Thiago Raimundo dos Santos Silva, o TH Joias, que seria o representante político do Comando Vermelho na Alerj.

Reprodução/Instagram



Márcio Poncio — Conhecido pastor evangélico e influente empresário do ramo do tabaco e de cigarros. O perfil empresarial de Poncio atrai os investigadores por suspeitas de envolvimento de suas atividades comerciais e financeiras com os esquemas de movimentação e lavagem de capitais do grupo criminoso de Adilzinho.

Marco Antônio Cabral — Advogado, ex-deputado federal e ex-secretário estadual de Esportes do Rio de Janeiro. A PF investiga sua suposta atuação em assessoria e interlocução política junto a prefeitos e vereadores, mapeando se houve trânsito de valores ilícitos.